

História do Campesinato na Fronteira Sul

© Paulo A. Zarth, 2012

Capa:
Nilmara Trindade da Silveira

Edição:
editor@suliani.com.br – (51) 3384.8579

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

H673 História do campesinato na Fronteira Sul. / Organizador: Paulo A. Zarth. – Porto Alegre: Letra & Vida: Chapecó: Universidade Federal da Fronteira Sul, 2012.
320 p.; 16 x 23 cm.

ISBN: 978-85-8118-027-4

1. Camponeses – história. 2. Brasil – Fronteira Sul – Mesorregião. I. Título.

CDU 94(816.5)

Bibliotecária responsável Kátia Rosi Possobon CRB10/1782

Av. Presidente Getúlio Vargas, 609N – 2º andar
Bairro Centro – Chapecó – SC
www.uffs.edu.br

Rua Veríssimo Rosa, 311 – 90610-280
Porto Alegre, RS – Fone: (51) 3384.8579
www.letraevinda.com.br – suliani@letraevinda.com.br

Os caboclos e a história da paisagem

Marcos Gerhardt

No conceito de paisagem está um dos muitos pontos de ligação entre o trabalho de geógrafos e de historiadores. A paisagem é natural, seguramente, mas muito dela é criação e constante reconstrução feita pelos grupos sociais humanos. Ela tem, portanto, uma dimensão temporal, histórica e cultural. Empregar o conceito de paisagem para conhecer e analisar a história do Noroeste do estado do Rio Grande do Sul nos últimos séculos é o objetivo deste texto. Este adota a abordagem da História Ambiental, um tema da historiografia contemporânea que valoriza e busca o diálogo com a Geografia, a Biologia, a Agronomia e várias outras ciências, pois acredita-se que somente assim é possível compreender a complexidade desta região do estado. Busca-se uma abordagem mais inclusiva, que acompanhe a capacidade da História Ambiental de “ampliar a análise histórica e trazer novas perspectivas para o estudo de antigos problemas historiográficos” (PÁDUA, 2010, p. 94).

Na paisagem do Planalto Noroeste Rio-Grandense do século XIX predominou a densa Floresta Estacional Decidual, caracterizada pela grande variedade de espécies vegetais, com destaque para imponentes árvores que formavam o dossel. A Floresta Ombrófila Mista, ou Floresta de Araucárias com sub-bosque de outras espécies, também estava presente na região. Estas duas formações florestais, chamadas simplesmente de mato pela população local, ocupavam espaços distintos e eram marcantes nas duas margens do Rio Uruguai (VELOSO; RANGEL FILHO; LIMA, 1991; NODARI, 2009). Os campos, as várzeas e banhados, as picadas, os muitos arroios e rios que afluíam para a margem esquerda do Rio Uruguai, também compunham um mosaico de ecossistemas interligados com a

floresta. Neste ambiente viviam, além das plantas, variados animais, outras formas de vida como os micro-organismos e, também, pessoas.

Poucos viajantes intelectuais visitaram a região no século XIX, mas se tem o testemunho de alguns que a descreveram. No final da década de 1880, o cronista Evaristo Affonso de Castro registrou a existência de árvores como pinheiro (*Araucaria angustifolia*), cedro, louro, cabriúva, canela, angico, guarapiapunha, ipê, guajuvira, timbaúva, quebracho, paineira, cambará, rabo-de-bugio, cereja, araçá, pitanga, guabiroba e uvaia, bem como a presença de tamanduá, anta, veado, porco, paca, cutia, jaguatirica, gato, leão-baio, “guarachaim”, lontra, variados tatus, bugio e cinco espécies de veados. Em sua lista incluiu ainda aves como o macuco, uru, “inhandú”, saracura, jacu e também abelhas como a mumbuca, guarupú, manduri, tubuna, “mandaguahy”, vora, “jeiehy”, mirim, mirim-guaçu, iratim, irauçu, iramirim, irapuá e a mandaçaia. Por fim, a diversidade de peixes nativos registrada pelo cronista formou uma longa e variada lista (1887, p. 68-205).

A visão de Castro estava orientada pela utilidade que cada espécie tinha ou poderia ter para os humanos e visava reunir argumentos em favor da colonização da região, mas forneceu uma descrição em que a biodiversidade é evidente. Biodiversidade ou diversidade biológica “significa a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas” (CDB, 1992, p. 9). Considerando que os ecossistemas e as florestas do Noroeste da então província do Rio Grande do Sul, configuradas em torno da bacia do Rio Uruguai, estavam conectadas às florestas de toda bacia hidrográfica formada pelos rios Paraná, Iguazu, Paraguai e muitos outros, se pode supor a ocorrência de fluxos de animais, sementes, pólen e genes nesta ampla área e, portanto, a existência de significativa variabilidade genética. Tinha-se, enfim, uma importante biodiversidade que tornava aquele ambiente estável e resiliente, ou seja, capaz de se recuperar das perturbações que sofria.

Outro autor, Hemetério José Velloso da Silveira, escreveu em 1909 sobre a variedade de vegetação, inclusive flores e plantas medicinais, que podia ser encontrada no território que pertenceu às missões jesuíticas (p. 134-137). Também o viajante e botânico sueco Carl Axel Magnus Lindman descreveu o mato do Vale do Rio Ijuí em 1893, que “existia em todo o seu grandioso isolamento”, “cercado de campos extensos”, formando camadas de diferentes alturas, nas quais “Grupos grandiosos e ricos de cipós encontram-se nos logares apropriados dos andares mais altos” e onde havia “grande abundância em taquarussú [de] várias espécies” que “crescem em moitas extensas sobre áreas de vários hectares. Seus colmos da

grossura de um braço estão afastados uns dos outros, mas formam arcos completos da altura de 10 metros e enchem a matta até o chão com sua folhagem verde-clara, densa e abundante” (p. 198-202).

Duas populações humanas numericamente predominantes habitaram o Noroeste Rio-Grandense no século XIX: os indígenas das etnias cain-gangue e guarani e os caboclos. Aos indígenas o governo da província dirigiu políticas de aldeamento oficial, visando seu confinamento e controle, ao que as populações indígenas reagiram e foram derrotadas (ZARTH, 1997, p. 40-41). Pode-se ter alguma compreensão das tensões envolvendo os índios cainganguês, os proprietários de terras e o governo provincial lendo a parte que trata da catequese em um relatório oficial:

O director geral dos indios, por officio datado de 8 de Abril do anno proximo passado, participou-me havarem-se sublevado os do aldeamento de Inhacorá, no município de Santo Angelo [...]. A notícia deste successo consta resumidamente do seguinte:

Estando-se a proceder á medição das terras de criar e de cultura pertencentes ao capitão Fernando Westphallen e outros, situadas no lugar denominado – São João – os índios que occupão terras que distão mais de legoa d’aquelas, procurarão embaraçar o andamento da citada medição, pretextando serem suas as do referido capitão, segundo declarou em data de 24 de Março de 1877 o juiz commissario.

O diretor interino do aldeamento de Inhacorá em officio de 31 do mesmo mez confirmou o que disse o juiz commissario; acrescentando que os indios havião assaltado a propriedade de João Rodrigues da Fonseca [...]. O brigadeiro Portinho, dando conta da incumbencia que lhe fôra commetida, informou que o cacique Fongue e sua tribo, composta de 200 almas, ha annos estão de motu próprio, contra as ordens do governo, arranchados nas costas que limitão Inhacorá com os Campos Novos, pois que devião estar no aldeamento de Nonohay, onde se acha o director, distando o mencionado arranchamento cerca de 20 legoas do aldeamento.

Da citada informação soube mais a presidencia que os referidos indios havião invadido as posses de mattos que ficão proximas ao seu arranchamento, pertencentes a um individuo de nome Rollim, com o proposito de fazerem alli erva matte, não attendendo ás intimações do proprietario para recuarem desse intento (Relatório, 1873, p. 73-74).

Onde as autoridades e os proprietários ressaltaram a violência e relataram desobediência, também se pode perceber resistência dos índios, um projeto de colonização excludente e a necessidade de espaço e de acesso a bens naturais, neste caso à erva-mate, que o modo de vida daquelas populações necessitava. O esforço que fez o governo da província para disciplinar, confinar e submeter os índios à sua autoridade e despovoar o território também fica evidente no documento.

Caboclo é um dos nomes dados ao povo que descendeu do cruzamento de luso-brasileiros pobres, de indígenas e de africanos vindos ao Sul como escravos. Ele também era chamado de brasileiro, nacional, moreno, pelo duro ou “pessoa de cor”. A ele foram associados, preconceitivamente, atributos como: pobre, preguiçoso, isolado geograficamente, morando precariamente, imprevidente, relapso, perigoso, intruso e poseiro. Por outro lado, a historiografia tem denominado esta população de trabalhadores livres, lavradores nacionais, lavradores pobres ou camponeses nacionais, em um esforço conceitual de inclusão. Francisco de Assis Pereira de Noronha, avaliando o livro de Evaristo de Castro e transparecendo seu preconceito, assim se referiu aos caboclos:

Pelo seu vício de origem, pela grande dessiminação e pela abundancia de gado, caça, peixe e fructas, a população em geral é indolente e extraordinariamente preguiçosa. Póde-se calcular, sem o menor receio de exageração, que entre 100 homens validos, 80 são vadios, ao ponto que nem a fome e a nudez os obriga ao trabalho, e d’estes 80 vadios, 40 pelo menos são ladrões.

O único trabalho para que elles se prestão, é o costeio dos animaes nas fazendas de criar, e este é feito de maneira tal, que os fazendeiros os aturão por não acharem outra gente. Para os trabalhos agricolas são absolutamente inserviveis. Não se pode obter o trabalho de uma semana seguida de qualquer d’estes vadios; e que trabalho! Este mesmo equivale a 5 ou 6 horas por dia.

Percorrendo a região, ou seja nos campos, ou seja nas mattas, o viajante vê, aqui e ali, uma pequena cabana, ás vezes coberta, toda esburacada. Encostado á cabana, um fecho com meia duzia de varas, tanto quanto seja sufficiente para recolher o cavallo; fecho a que dão o pomposo nome de mangueira. Além d’isto nada mais; Não existe a mais pequena plantação de um único vegetal util (CASTRO, 1887, p. IX).

Noronha comentou ainda a abundância de gado, peixes, caça e frutas, indicando uma das formas de sustento dessa população. Para o autor, a disponibilidade de bens naturais era a causa da preguiça dessa gente. Os caboclos faziam, contudo, o cultivo de alimentos em roças de coivara, espaços tomados do mato pelo machado e pelo fogo, temporariamente férteis. As práticas agrícolas dos caboclos são uma herança dos indígenas, fazem parte de um conjunto de informações produzidas e conservadas, essenciais à vida no ambiente, que incluem a identificação de espécies, a atribuição de nomes e o conhecimento dos usos possíveis (DEAN, 1996). Considerando o ambiente de floresta inóspito para os humanos, inclusive para os indígenas que abriam clareiras para suas aldeias (DEAN, 1996, p. 28), pode-se deduzir que as roças e habitações dos caboclos localizavam-se, em geral, na orla do mato ou na margem dos rios. Talvez habitassem o interior do mato quando foragidos e procurados por algum

crime praticado ou desejando escapar do recrutamento forçado para os frequentes conflitos militares.

Segundo Ivaldo Gehlen, a terra também era considerada um bem natural, lugar de viver, necessária à subsistência familiar e de posse provisoría, pois não tinham a propriedade legal (1998, p. 125-126). O trabalho coletivo e as práticas de sociabilidade e solidariedade também faziam parte da vida dos caboclos, como relatou o cronista Evaristo de Castro (1887, v. 2, p. 278-279). A Figura 1 retrata o índio Silvestre Joaquim da Rosa, morador da região de Ijuí na década de 1920. Em seu modo de vida caboclo a habitação foi construída com bambu e outros materiais de origem vegetal. A necessidade de escoras indica que o rancho tinha algum tempo de uso e que precisava de reparos ou de substituição. No pátio varrido Silvestre tocava violão e posava para a foto vestindo uma roupa que não parece ser a cotidiana. Ao seu lado estavam a chaleira de ferro e a cuia de mate. O forno de barro, que se assemelhava à arquitetura de um cupinzeiro, era um indício do uso de lenha e do consumo de pão, possivelmente de milho, mas que também poderia servir para preparar outros alimentos assados. A floresta, as capoeiras e os cultivos estavam mesclados na área próxima da casa e se caracterizavam pela biodiversidade. Este modo de vida lembra a ideia dos mínimos necessários para viver que Antonio Candido percebeu entre os caipiras do interior de São Paulo (2001, p. 103).

Conforme o historiador Paulo Afonso Zarth, o trabalho na produção da erva-mate (*Ilex paraguariensis*), um bem natural coletado nos ervais nativos e preparado durante o inverno, vinculava o caboclo ao mercado, permitindo obter algum dinheiro com o qual comprava outros bens necessários (1997, p. 173). A atividade ervateira tinha destacada importância econômica para a província, pois era vendida em grande quantidade para os mercados da Argentina, Uruguai e Chile (LINHARES, 1969). A extração acontecia em ervais públicos sob o controle e tributação da administração municipal e exigia poucas ferramentas e equipamentos, confeccionados pelo próprio trabalhador com materiais encontrados no ambiente (ZARTH, 2002, p. 170). O processamento posterior era feito em engenhos de mate como aquele instalado no erval de Santo Cristo na metade do século XIX pelo francês Luiz Perié (ZARTH, 1997, p. 122; Inventário *post mortem* de Luiz Perié, 1851). Deve-se considerar ainda como uma prática da época a extração de folhas da *Ilex* pelo caboclo, em pequena escala, seguida do preparo da erva-mate para consumo próprio e para a venda no mercado local.



Figura 1 – Modo de vida.
Fonte: JAUNSEM, s.d. MADP.

É possível que os caboclos criassem, além do cavalo de transporte, animais domésticos para alimento, como galinhas, porcos e bovinos. Mesmo sem dados demográficos suficientes, é razoável afirmar que população residente no Noroeste Rio-Grandense, embora alterasse o ambiente no qual vivia, não produzia mudanças profundas e permanentes, ou seja, não avançava além da capacidade de recuperação da natureza, de sua resiliência. Em suas roças, quando abandonadas depois de algum tempo de cultivo, o mato voltava a crescer e novas áreas eram desmatadas para a agricultura. Como posseiros na terra, essa mobilidade era possível, a agricultura tinha uma racionalidade própria (BOSERUP, 1987, p. 77 apud ZARTH, 1997, p. 130) e era ambientalmente sustentável. Pode-se supor que a caça e a pesca praticadas não comprometiam a reprodução das espécies animais que habitavam os matos, banhados, campos e rios da região. Certamente os caboclos colhiam frutos, extraíam mel, retiravam madeira dos matos, tanto para a construção de habitações e de currais quanto para lenha, coletavam plantas curativas ou de condimento para o uso ou para a venda, mas em quantidade que não afetava a manutenção da floresta. Dos campos obtinham o capim-rabo-de-burro (*Andropogon bicornis* L.) ou capim-sapê (*Imperata brasiliensis* Trin.) para cobrir as habitações.

seqüência de projetos de colonização foram implantados, com destaque para as colônias oficiais: Ijuhy fundada em 1890, Guarany em 1891, Erechim em 1908, Ijuizinho em 1910, São João Batista em 1912 e Santa Rosa, criada em 1915. Por iniciativa privada também foram fundadas diversas colônias, como: Boi Preto em 1897, *Neu Württemberg* (hoje Panambi) em 1899 e Serro Azul (Cerro Largo) em 1902. O mapa reproduzido na Figura 2 ajuda a compreender a localização dos projetos de colonização e os situa em relação às áreas de vegetação original.

A construção da ferrovia avançou com rapidez no Noroeste Rio-Grandense. A partir de Cruz Alta, que integrava a linha Marcelino Ramos-Santa Maria, o trem chegou a Ijuí em 1911, a Catuípe em 1915, a Santo Ângelo em 1921, a Giruá em 1928 e, em sua extensão máxima, a Santa Rosa em 1940, como se pode observar na Figura 2. Este meio de transporte diminuiu o isolamento e facilitou a colonização e o escoamento dos produtos coloniais.



Figura 3 – Desmatar e abrir espaço para a roça.

Fonte: JAUNSEM, 1927, MADP.

Os imigrantes que vieram para viver no Noroeste do estado removeram grandes áreas de floresta, ampliaram a área de cultivo agrícola e a produção de alimentos, aumentaram a densidade demográfica, viabilizaram

a vida de suas famílias em pequenos lotes rurais e modificaram profundamente a paisagem (Figura 3). Como argumentou a historiadora Eunice Nodari, é preciso considerar “que povos diferentes escolheram formas distintas de interagir com o ambiente circundante e que suas escolhas têm ramificações não somente na comunidade humana, mas também no ecossistema maior” (2010, p. 137). Vários documentos da época permitem compreender a visão predominante entre colonos e administradores das colônias desta parte do Rio Grande do Sul, para os quais aquele era um ambiente naturalmente rico, intocado e improdutivo, que precisava ser desbravado e ordenado. Para eles havia uma natureza capaz de fornecer riquezas e apta a produzir por meio da agricultura e do trabalho. Entendia-se como um desperdício conservar o ambiente devoluto. O progresso da sociedade era percebido na civilização e na ordenação do ambiente, ou então, na vitória da ação humana, do trabalho e da tecnologia sobre a natureza, visível nas roças, nas estradas, nas vilas e cidades (GERHARDT, 2009). A paisagem estava sendo recriada. Um documento escrito em 1924 por imigrantes instalados na Colônia Serra do Cadeado ajuda a compreender a concepção da época:

No fim da segunda década o retrato da colônia é bem mais agradável. Ao longo das ruas já não há mais a mata selvagem. Bonitas residências de colonos, rodeadas de laranjais em flor, pessegueiros e ameixeiras mostram claramente o progresso. Em verdes campos pastam vacas gordas, cavalos e terneiros (1824-1924: FESTSCHRIFT, 1924).

Um padre de origem polonesa, Antoni Cuber, conviveu com os moradores da Colônia Ijuhy e registrou suas impressões sobre a paisagem que encontrou em 1898, no início da colonização, na qual “estendem-se magníficas florestas, cujas espessas matarias, até há pouco tempo, só eram conhecidas pelos animais selvagens e pelos bugres” (1975, p. 12). Adiante em seu testemunho ele descreveu com detalhes a flora e a fauna regionais. Deste se destaca que:

Durante a época que procede as chuvas ecoam pelas matas os uivos plangentes de macacos que aqui são representados por muitas variedades. Os porcos do mato causam consideráveis estragos nas roças, eis que surgem sempre em varas numerosas. O tigre anda ordinariamente no encalço deles, arrebatando os exemplares extraviados do bando [...]. O tamanduá bandeira (grande) e o tamanduá mirim (pequeno) são verdadeiros “papa formigas” se encarregam de destruir as enormes quantidades e variedades de formigas que aqui existem. Os colonos não deveriam jamais abater esse animal, pois ele é muito útil. O tatu (couraçado) vive em grande número nas campinas e nos matos; possui uma carcaça bem dura e unhas compridas; quando é perseguido enterra-se profunda e imediatamente. O tatu é caçado com o auxílio de cachorros; sua carne é excelente (CUBER, 1975, p. 32-33).

Este padre reafirmou a existência de importante biodiversidade na região, antes registrada pelos cronistas Castro e Silveira. Ao mesmo tempo informou a prática da caça entre os colonos, revelou preocupação com a perda e a conservação de algumas espécies e percebeu as transformações nos ecossistemas e na paisagem que a colonização realizava. Cuber, entretanto, estava impregnado pela visão etnocêntrica e não reconheceu a importância da população cabocla, que conviveu com os colonos em Ijuí. Semelhante postura teve o botânico Lindman em 1893, ao escrever que:

No Rio Grande do Sul existe ainda matta intacta e primitiva, verdadeira matta virgem. Sabe-se, por exemplo, que nas colonias alemãs e italianas ainda há florestas no mesmo estado em que foram entregues pelos agrimensores do governo, que foram as primeiras pessoas civilizadas que entraram com os seus auxiliares nestas mattas incognitas e cheias de animaes bravios, para as medir e dividir em lotes ou propriedades, abrindo nellas as primeiras ‘picadas’ ou linhas divisorias. Muitos destes lotes florestaes demarcados ainda não estão occupados, e outros ha em que o proprietario pode designar mattas em que elle, o primeiro dono, nunca entrou com o seu machado, e onde talvez nunca pisasse pé humano (1974, p. 180).

A visão etnocêntrica, que valoriza somente a atuação de uma ou de poucas etnias na construção da história, aparece inclusive e infelizmente em textos de história municipal escritos por memorialistas e historiadores que, por vezes, são lidos nas escolas. Os fragmentos transcritos a seguir são exemplos disto:

Demorou... somente a partir de 1920, este “ser homem” veio dar “outra vida” aos prodígios naturais [...]

É com a chegada do homem da foice, do machado, [da] enxada, que, realmente se abrem as portas da história de Tucunduva... (CLAUSS, 1982, p. 24-25).

Ainda no século atual, Crissiumal integrava Palmeira das Missões, era uma área inexplorada. A partir de 1930, porém, o esgotamento das terras e a elevada densidade populacional das denominadas “colônias velhas” determinou um verdadeiro êxodo para as zonas de terras ainda virgens e inicia-se a ocupação de Crissiumal.

O nome adviria de “criciúma” tipo de junco abundante no local. Povoador, principalmente por elementos de origem germânica, a agricultura, a suinocultura e outras atividades tomam tal impulso que já em 1954, desmembrando-se de Três Passos, Crissiumal se constitui em município (FAMURS, 2011).

Os caboclos que viviam no Noroeste do Rio Grande do Sul muito antes de iniciar a colonização oficial eram detentores de um conhecimento sobre a natureza que foi parcialmente transmitido aos colonos, pois era

útil e indispensável naquele ambiente. Várias são as fontes que indicam a existência deste conhecimento: o próprio Lindman registrou que “Notável é a afirmação dos brasileiros – que um ‘taquaral’ é [sinal] de terra ruim” (1974, p. 203). Hemeterio J. Velloso da Silveira, se referindo ao Rio Conceição no caminho entre Cruz Alta e Santo Ângelo, observou que “N’alguns dias, bem cedo, ouve-se de longe um fragor desuzado do desempenhar das agoas. ‘É signal certo da chuva’ dizem os habitantes do logar” (1909, p. 217). A imigrante Vitória Megier relatou a existência de tigres na Colônia Ijuhy na década de 1890 e que os caboclos ensinaram sua família a fazer fogo durante a noite para afastar esse animal (Entrevista, s. d.).

A toponímia, que é o estudo dos nomes atribuídos aos lugares, ajuda a identificar os grupos sociais que participaram da construção de uma paisagem. Muitos dos nomes de lugares, localidades, rios e arroios têm origem indígena, como: Pirapó, Ijuí, Ubiretama e Buricá. Estes nomes foram atribuídos pelos indígenas e perpetuados pelos caboclos e colonos, revelando uma importante interação humana com a natureza. Neste sentido temos a afirmação de Warren Dean, cujo trabalho se tornou uma referência para os historiadores dedicados à História Ambiental, para quem

homens da Mata Atlântica, como todas as suas outras criaturas, haviam armazenado, durante 12 mil anos, seus próprios estoques de informação. Cada grupo havia atribuído nomes a centenas de espécies para as quais encontravam algum uso e sobre as quais conheceram os hábitos, estações, hábitos e, ainda, relações com outras espécies (1996, p. 83).

No Rio Grande do Sul podem ser encontradas localidades rurais denominadas de faxinal, como o Passo do Faxinal. Nesta região a denominação está de acordo com o conceito de “Trecho alongado de campo que penetra a floresta” (FERREIRA, 1999, p. 885), ou seja, espaço de transição entre o campo coberto por variada vegetação rasteira ou de baixo porte e o mato ou floresta. O faxinal assim conceituado é um lugar periférico na pecuária extensiva, preterido para a criação de gado, mas era menos inóspito que a floresta e foi frequentemente habitado por caboclos.

No município de Porto Xavier se percebe que a colonização incorporou parte da população cabocla, fixando-a em lotes rurais. Contudo, se pode perceber uma nítida divisão do território: nas linhas Taquarussu e nas seções Dourados e “D”, onde a topografia e os lotes rurais têm formas irregulares, há uma concentração de famílias de caboclos; por outro lado, as linhas Depósito e São Carlos foram predominantemente habitadas por descendentes de imigrantes europeus que se estabeleceram ali como colonos. Naquele município é evidente o uso de duas denominações distintas: as linhas e os rincões. Os nomes das linhas foram atribuídos

pelos projetos de colonização após a medição e a delimitação precisas. Os rincões – Rincão Comprido, Rincão dos Machados, Barro Preto – são nomes criados em época anterior, a partir de características da paisagem ou da população habitante. Em alguns casos as denominações são compostas: Linha Faxinal, Linha Pedra Lisa, Linha Montanha, revelando as mudanças e as permanências na construção da paisagem (ESTUDOS AMBIENTAIS, 2003).

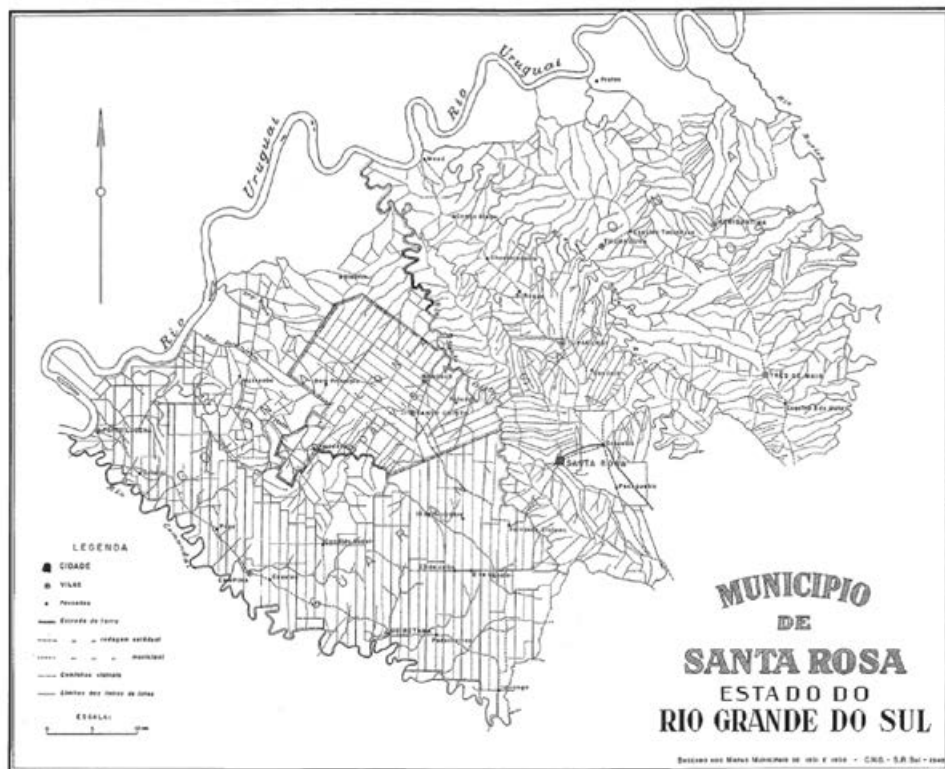


Figura 4 – Santa Rosa.
Fonte: BERNARDES, 1950, p. 390.

O mapa reproduzido na Figura 4 representa graficamente o município de Santa Rosa em 1949, antes de sua fragmentação motivada pela emancipação dos municípios vizinhos. O modelo de colonização em pequenos lotes familiares rurais, ordenado em linhas e travessões ou seguindo o curso de rios e arroios, pode ser claramente percebido no traçado das estradas e dos caminhos vicinais, bem como na proximidade geográfica de vilas e povoados. A paisagem colonial foi construída sobre um espaço que não era virgem ou intocado e formou uma camada sobreposta (SCHAMA, 1996, p. 17) que não fez desaparecer a paisagem anterior. O

geógrafo Leo Waibel empregou o conceito de paisagem cultural para se referir àquela criada pelos colonos, em oposição à paisagem natural, pouco transformada pelos caboclos e indígenas, vistos como integrantes da natureza (1949). Este conceito é inadequado para a História Ambiental e “mostra-se, agora, bastante prejudicial a um amplo entendimento da relação homem/natureza” (SILVA, 1997, p. 209).

Os colonos geraram novos conhecimentos, produziram uma apreciável quantidade e variedade de produtos para consumo familiar, abasteceram o comércio regional e industrializaram alguns setores. Mas isto não representou uma ruptura com o modo de vida caboclo e com suas técnicas agrícolas. Ao contrário, na convivência os colonos aprenderam com eles, adaptaram conhecimentos e lentamente moldaram a paisagem colonial (SCHNEIDER, 2008). Isto porque a “A paisagem não se cria de uma só vez, mas por acréscimos, substituições; a lógica pela qual se fez um objeto no passado era a lógica da produção daquele momento. Uma paisagem é uma escrita sobre a outra, é um conjunto de objetos que têm idades diferentes, é uma herança de muitos diferentes momentos” (SANTOS, 1991, p. 61).

Por fim, é preciso lembrar que os historiadores também escrevem sobre o presente e o fazem com base no quanto conhecem da experiência social vivida. Em um balanço histórico das mudanças realizadas no Noroeste do Rio Grande do Sul nos últimos 120 anos, pode-se dizer que houve profundas mudanças em vários aspectos. Além dos elementos visíveis da paisagem recriada existem elementos que a integram, mas que são menos evidentes. Um deles é a substancial perda de biodiversidade que ocorreu no início do século 20, se aprofundou com a modernização da agropecuária das décadas de 1960 e 70 e se agrava com a introdução contemporânea imprudente dos transgênicos na agricultura e na pecuária (ANDRIOLI; FUCHS, 2010; NODARI, 2011). Pesquisas mostram que existe uma significativa perda de diversidade durante os últimos 100 anos (HAMMER; ARROWSMITH; GLADIS, 2003, p. 241), inclusive de recursos genéticos que desapareceram definitivamente. Animais e plantas que habitavam o Noroeste Rio-Grandense no século XIX, que foram descritas com admiração pelos cronistas, conhecidas e utilizadas pelos indígenas e caboclos, essenciais para a adaptação dos imigrantes ao novo ambiente, desapareceram ou estão sendo extintas. Isto vale para as espécies silvestres – afetadas pelas mudanças ambientais – e para plantas cultivadas e animais criados.

Um exemplo é o milho das variedades crioulas que caboclos e colonos plantavam na região, guardando as melhores espigas como sementes para o ano seguinte. A opção pelo monocultivo de poucas cultivares de milho e soja de alta produtividade mudou a paisagem rural, tornou-a mais homogênea e reduziu a variabilidade genética, pois se perderam

aquelas sementes. A conservação ou a perda de recursos genéticos também altera sensivelmente a paisagem. Um estudo de pesquisadores europeus estima “que os recursos genéticos vegetais que são atualmente cultivados representam somente 25% da diversidade mundial que estava em uso no início do século 20” (IÖW et al., 2004, p. 3). Em outras palavras: a agrobiodiversidade característica dos lotes coloniais, onde se plantava e se criava uma considerável variedade de vegetais e animais, que teve um prejuízo em relação ao modo de vida caboclo, continua diminuindo rapidamente. A recriação da paisagem rio-grandense é um processo que prossegue e se acelera, gerando altos rendimentos para alguns e prejuízos sociais e ambientais para a maioria.

Referências e fontes

1824-1924: Festschrift zur Jahrhundertfeier der Ersten Deutschen Einwanderung in Rio Grande do Sul: die Deutschen der Kolonie Serra Cadeado: 1824-1924. Ijuhy: Livraria Serrana, 1924.

ANDRIOLI, Antônio Inácio; FUCHS, R. (Org.). *Transgênicos: as sementes do mal. A silenciosa contaminação de solos e alimentos*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

BERNARDES, Nilo. A colonização do município de Santa Rosa, estado do Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 3, jul./set. 1950.

_____. *Bases geográficas do povoamento do Estado do Rio Grande do Sul*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997. (Coleção Ciências Sociais).

BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: Hucitec; Polis, 1987.

CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do Rio Bonito: estudos sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Editora 24, 2001.

CASTRO, Evaristo Affonso de. *Notícia descritiva da região missioneira na província de São Pedro do Rio Grande do Sul*. Cruz Alta: Typographia do Commercial, 1887.

CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica. 1992. Disponível em: <<http://www.cdb.gov.br/cdb>>. Acesso em: 9 jun. 2011.

CLAUSS, Romualdo. *Evolução histórico-geográfica de Tucunduva*. Tucunduva: s.n., 1982.

CUBER, Antoni. *Nas margens do Uruguai*. 1898. Ijuí: Museu Antropológico Diretor Pestana, 1975.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. Tradução de Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Entrevista com Vitória Megier, por Danilo Lazzarotto. s.d. (gravação, fita n. 02, Museu Antropológico Diretor Pestana).

ESTUDOS AMBIENTAIS: Cooperativa dos Produtores de Cana Porto Xavier Ltda. – Coopercana: Laudo de vistoria. Ijuí: Unijuí, 2003.

FAMURS – Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul. *Portal municipal*: Crissiumal. Disponível em: <<http://www.portalmunicipal.org.br/entidades/famurs/municipio/historia.asp?iIdEnt=5523&iIdMun=100143111>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- GEHLEN, Ivaldo. Identidade estigmatizada e cidadania excluída: a trajetória cabocla. In: ZARTH, Paulo Afonso (Org.). *Os caminhos da exclusão social*. Ijuí: Editora Unijuí, 1998. (Coleção Ciências Sociais).
- GERHARDT, Marcos. Os caboclos e a relação com a natureza no norte do Rio Grande do Sul. *Ciência & Ambiente*, Santa Maria, n. 33, jul./dez. 2006.
- _____. *História ambiental da Colonia Ijuhy*. Ijuí: Editora Unijuí, 2009.
- HAMMER, Karl; ARROWSMITH, Nancy; GLADIS, Thomas. Agrobiodiversity with emphasis on plant genetic resources. *Naturwissenschaften* (Berlin), n. 90, jun. 2003, p. 241-250.
- Inventário post mortem de Luiz Perié. Arquivo Público do Rio Grande do Sul, 1851.
- IÖW – Institut für Ökologische Wirtschaftsforschung et al. *Position paper for sustainable plant and animal breeding*. Berlin, 2004.
- JAUNSEM, Eduardo. *Índio Silvestre Joaquim da Rosa*. 1 fot. p&b.: 9 x 13 cm. Museu Antropológico Diretor Pestana, Coleção Jaunsem.
- LINDMAN, Carl Axel Magnus; FERRI, M. G. *A vegetação no Rio Grande do Sul*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. (Reconquista do Brasil, 2).
- LINHARES, Temístocles. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969. (Coleção Documentos Brasileiros, 138).
- LORENZI, Harri. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. 5. ed. Nova Odessa SP: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2008. v. 1.
- MADP – Museu Antropológico Diretor Pestana. Arquivo da Imagem e do Som.
- NODARI, Eunice S. Um olhar sobre o Oeste de Santa Catarina sob o viés da História Ambiental. História: *Debates e Tendências* (Passo Fundo), v. 9, p. 134-148, 2009.
- NODARI, Rubens O. Ciência precaucionária como alternativa ao reducionismo científico aplicado à biologia molecular. In: ZANONI, Magda; FERMENT, Gilles (Org.). *Transgênicos para quem? Agricultura, ciência e sociedade*. Brasília: MDA, 2011. p. 40-63.
- PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da História Ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, 2010.
- RELATORIO com que o Exm. Sr. Dr. Americo de Moura Marcondes de Andrade passou a administração desta provincia ao Exm. Sr. Sr. Felisberto Pereira da Silva. 1879. Porto Alegre: Typografia do Jornal do Commercio, 1879. In: Brazilian Government Document Digitization Project. Universidade de Chicago, 2001. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u753>>. Acesso em: 3 ago. 2011.
- ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Tradução de Emery Ruas. Porto Alegre: Globo, 1969. (Coleção Província).
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul: 1820-1821*. Tradução de Leonam de Azeredo Penna. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. (Coleção Reconquista do Brasil, 10).
- SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHNEIDER, Daniel. *A construção de uma cultura técnica agropecuária no sul do Brasil: o caso da Colônia Ijuí*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Orientador: João Klug.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das paisagens. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 203-216.

SILVEIRA, Hemeterio José Velloso da. *As missões orientais e seus antigos domínios*. Porto Alegre: Typographia da Livraria Universal, 1909.

VELOSO, Henrique Pimenta; RANGEL Filho, Antonio Lourenço Rosa; LIMA, Jorge Carlos Alves. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 1991.

WAIBEL, Leo. Princípios da colonização europeia no sul do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, n. 2, abr./jun. 1949.

ZARTH, Paulo Afonso. *História agrária do planalto gaúcho: 1850-1920*. Ijuí: Editora Unijuí, 1997.

_____. *Do arcaico ao moderno: o Rio Grande do Sul agrário do século XIX*. Ijuí: Editora Unijuí, 2002.